

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO nº , de de março de 2012
(Do Sr. DR. ALUIZIO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os efeitos do PLC 437/2008 de autoria do deputado Luiz Alberto PT - BA

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a V. Ex.^a., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir um assunto cujo impacto direto é nas contas municipais. Sendo o município a sede real de residência das pessoas, ou seja, o local onde fisicamente elas habitam, é compreensível que este projeto precise de um grande debate público.

Em cidades como, por exemplo, Macaé, principal base da indústria do petróleo no Brasil, o assunto ganhou as ruas, e as informações são as mais desencontradas possíveis, ora por uso político de alguns grupos, ora por real desconhecimento acerca da natureza do que se pretende com a Lei.

Questões que vão desde a discussão sobre a existência ou não do conceito de territorialidade sobre a plataforma continental, até a batalha federativa que se trava tacitamente no

país (às vezes nem tão tácita assim) estão sendo levantadas, e deixam claro que a população deseja esclarecer as suas dúvidas.

Ainda citando Macaé, alguns setores estão provendo palestras sobre o entendimento de alguns juristas, enquanto outros grupos têm entendimento diametralmente oposto.

Como forma de enriquecer o debate, sugerimos que sejam convidadas, as seguintes pessoas:

- O Presidente da FIRJAN;
- O Deputado Luiz Alberto PT - BA;
- O Secretário de Fazenda de Macaé, principal base da indústria de petróleo no Brasil.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2012.

Deputado DR. ALUIZIO
PV/RJ